

## A HISTÓRIA DA DEMOCRACIA AINDA NÃO COMEÇOU” NO BRASIL<sup>1</sup>, AFIRMAVA O JURISTA RAYMUNDO FAORO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 2000

### THE HISTORY OF DEMOCRACY HAS NOT STARTED YET IN BRAZIL” STATED THE JURIST RAYMUNDO FAORO IN THE BEGINNING OF THE 2000s.

**Maria José de Rezende**

Universidade Estadual de Londrina, Paraná - Brasil

**Resumo.**- A finalidade deste estudo é mapear em alguns textos de Raymundo Faoro, publicados semanalmente nos anos 2000 e 2001 na grande imprensa, a sua discussão sobre a democracia e a cidadania no Brasil em meio a um amplo debate intelectual e político sobre as possibilidades de estarem ou não emergindo as condições de efetivação tanto da democracia quanto da cidadania. Ele acentuava que não era possível supor qualquer avanço rumo à condição cidadã enquanto não vigorasse no país um Estado de direito democrático. A cidadania e a democracia são partes de um mesmo processo, segundo ele. O desmonte do Estado de exceção no Brasil levou diversas forças sociais a refletir sobre as possibilidades ou não de estar emergindo uma condição cidadã substantiva, por isso, para ele, a institucionalização democrática deveria ser pensada como um dos principais respaldos para a construção do espaço público. Nos seus artigos em semanários de circulação nacional, ele procurava demonstrar que teria de existir uma estreita relação entre os avanços institucionais rumo à democracia e os avanços sociais rumo à efetivação da cidadania.

**Palavras-Chaves.**- *Democracia, cidadania, política, transição.*

**Abstract.**- The purpose of this study is to map, in some texts by Raymundo Faoro published weekly in the years of 2000 e 2001 in the media, his discussion on democracy and citizenship in Brazil, amid a full intellectual and political debate on the potentialities or not of being emerging the conditions for democracy as well as citizenship to come into effect. He emphasized that it was not possible to suppose any advance toward the citizenship condition if a democratic state of right did not come into force in the country. Citizenship and democracy are part of the same process, according to him. The destruction of the State of exception in Brazil, led several social forces to reflect upon the possibilities or not of emerging a substantive citizenship condition. That is why he believes that the democratic institutionalization should be thought as one of the main supports for the construction of a public space.

**Key words.**- *Democracy, citizenship, politics, transition.*

## Introdução

Quando tomou posse da cadeira número 6 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 17 de setembro de 2002, Raymundo Faoro (1925-2003) fez um discurso (Faoro, 2002) – assim como já havia ocorrido também em outras entrevistas (Faoro, 2000) após a sua eleição para a vaga que era ocupada por Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) – no qual deixou registrado, no limiar do século XXI, quais eram tanto as dificuldades políticas brasileiras que persistiam, ao longo dos séculos, quanto os grandes desafios que o país teria de enfrentar nos anos vindouros. O fato de ter ele ocupado esta vaga tinha um grande significado político, pois o antecessor desta cadeira tinha sido também um defensor impávido da democracia no país.

---

<sup>1</sup> Em entrevista de 06 de dezembro de 2000, publicada em Carta Capital, Faoro afirmava: “(...) aqui a história, pelo menos a história da democracia, ainda não começou” (Faoro, 2000<sup>a</sup>, p.29).

Tanto Raymundo Faoro quanto Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho eram juristas, escritores e militantes pela implantação do Estado de direito democrático no Brasil. Durante a ditadura militar (1964-1985) eles foram duas referências importantes no interior da sociedade civil organizada na luta contra os desmandos, censuras, repressões e todas as formas de autoritarismos que ganharam corpo com os atos institucionais e constitucionais e com a Carta Constitucional de 1967/1969. Todos eles encontravam-se ancorados, firmemente, na Lei de Segurança Nacional (LSN). A militância pela efetivação de medidas que fossem indicando o enfraquecimento do autoritarismo em vigência, naquele momento, ocupou uma parte expressiva da vida de Raymundo Faoro e de outros militantes (tais como Barbosa Lima Sobrinho, Goffredo da Silva Telles, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, entre muitos outros) pela causa da democracia.

Ao afirmar que a história da democracia ainda não começou no país, Faoro deseja assinalar que “a democracia significa igualdade e distribuição de renda” (Faoro, 2000<sup>2a</sup>). A exclusão social e política que prevalece no país é o pano de fundo no qual todas as dificuldades de democratização vão se alargando e se aprofundando década após década. A não-constituição de espaços políticos nos quais as demandas por distribuição de renda pudessem fortalecer não tem possibilitado, segundo ele, que a história da democracia desse, sequer, seus primeiros passos. No entanto, as tensões que estavam se acumulando na sociedade brasileira talvez levasse ao esgotamento da “política de conceder alguma coisa para ficar com tudo. Talvez isso um dia se esgote e aí não só o salário mínimo deva ser aumentado – isso é um paliativo -, mas também um sistema de distribuição de renda” (Faoro, 2000: 31).

A obra de Raymundo Faoro (1981; 1988; 1994; 2001) bem como os seus inúmeros artigos publicados semanalmente acerca da conjuntura política brasileira nas décadas de 1970 e 1980 construíram um vigoroso mapeamento das condições sociais, econômicas e políticas vigentes nas últimas décadas do século XX, no país<sup>2</sup>. As reflexões empreendidas por ele, ao longo da segunda metade do século XX, já que sua principal obra intitulada *Os donos do poder* (2001) teve sua primeira edição publicada na década de 1950, revelavam também os percursos de sua militância política em favor da constituição da democracia no Brasil. Durante anos a fio ele buscou tanto compreender porque o país não avançava rumo a outro padrão de organização social e político quanto intervir no processo de formação de condições para que houvesse, ao menos, indicações de que o país estaria superando a sua condição oligárquica, patrimonial e autoritária. Sua atuação como presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), entre 1977 e 1979, foi repleta de investidas buscando o fortalecimento da sociedade civil perante um regime de exceção que aprofundava, dia após dia, o autoritarismo<sup>3</sup>.

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, Raymundo Faoro refletiu demoradamente sobre os principais acontecimentos daquele momento. Analisou detidamente o período da abertura política (1979-1985), da Nova República (1985-1989), do processo constituinte (1986-1988), da primeira eleição direta para presidente da República (1989) após o fim da ditadura militar, do

<sup>2</sup> Raymundo Faoro foi colunista de diversos periódicos de circulação nacional. Ele deixou centenas de artigos que registraram as inúmeras implicações políticas das medidas postas em andamento pelos diversos governantes ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Essas análises foram publicadas nos seguintes veículos de comunicação: *Isto É* (Faoro, 1979; 1980; 2001a), *Senhor* (Faoro, 1985; 1986), *Isto É/Senhor* (1991), *Carta Capital* (Faoro, 1998). Ele publicou ainda textos e entrevistas nos jornais *Folha de S. Paulo* (Faoro, 2000<sup>a</sup>), *O Pasquim* (Faoro, 1978), *O Estado de S. Paulo* (Faoro, 1978<sup>a</sup>), *Veja* (1976), entre outros.

<sup>3</sup> Observe-se o depoimento de Faoro sobre isso: “As crises caíam em cima de nós. O dia em que eu assumi [a presidência da OAB] foi o dia do pacote de abril [de 1977] (quando Geisel fechou o Congresso e criou os senadores biônicos). Mas eu pensei muito nesse pacote de abril. Chamou-me a atenção a determinação de que reformas constitucionais, a partir daquele ato, poderiam ser feitas por maioria absoluta do Congresso (e não mais por dois terços dos votos). Acho que ali o Geisel estava pensando em mudar o regime, apesar da dureza do ato. O governo estava pensando em negociar com o MDB. Mas aí o Ulisses Guimarães fez um discurso sobre o pacote, comparando Geisel e Idi Amim (ditador africano, conhecido por atrocidades e canibalismo). Geisel se enfureceu e não quis mais negócios com a oposição. Petrônio Portella me mandou perguntar se eu topava falar com ele. Disse que sim, depois de consultar o Conselho dos Advogados. [Petrônio Portella] disse que, como político profissional, não estava à vontade com o regime vigente e que havia no Planalto [lôcus do poder Executivo] a intenção de mudar, de chegar à democracia, de que todos estavam cientes de que aquilo era uma ditadura. Mais tarde, em 1978, mostrou-me a minuta de uma emenda abolindo os atos institucionais. Entretanto não havia a possibilidade de isso ser palatável ao governo militar se não houvesse as salvaguardas relativas a estado de sítio, estado de emergência” (FAORO, 2000: 10).

governo Collor de Mello (1990-1992), do governo Itamar Franco (1992-1994) e do governo Cardoso (1995-2002). Seus escritos sobre essas diversas conjunturas foram analisados em outros estudos (Rezende, 2006; 2006<sup>a</sup>; 2006b; 2008; 2008<sup>a</sup>; 2008b; 2009); por isso neste artigo, especificamente, serão discutidos somente alguns de seus textos produzidos nos últimos anos de sua vida, ou seja, nos anos de 2000, 2001 e 2002.

A análise será restrita às suas discussões sobre algumas dificuldades políticas brasileiras que pareciam minar inteiramente a possibilidade de avanços expressivos rumo a uma sociedade menos excludente social e politicamente. Segundo ele, no início da primeira década do século XXI, não somente não se havia derrotado a oligarquia como também estava surgindo, com o processo de globalização, uma plutocracia não-nacional que se interessava pela manutenção de todos os vícios políticos e de todas as opacidades possíveis na gestão do Estado e da esfera pública.

Em tais condições, o desvendamento das dificuldades políticas brasileiras exigia, segundo ele, o entendimento dos emperamentos em duas dimensões, ou seja, numa que fosse capaz de decifrar como os vícios políticos foram se perpetuando e noutra que elucidasse como os segmentos dirigentes, oligárquicos e dominantes iam respondendo aos novos desafios surgidos, no limiar do século XXI, em razão de um processo de globalização que impunha novas configurações de poder que atingiam, dos mais distintos modos, todos os países do globo terrestre.

No caso do Brasil, o desafio era, então, segundo Faoro, compreender, no início da década de 2000, tanto os velhos vícios políticos, os quais tinham se constituído historicamente, quanto os novos que se iam mesclando com os mais antigos e criando, assim, novas maneiras de dar prosseguimento à corrupção, ao oligarquismo, ao clientelismo, à privatização do público, à dissociação entre o Estado e a sociedade, ao patrimonialismo<sup>4</sup>, à intransparência política e administrativa, etc. A análise de Faoro posta nesses termos não será tomada aqui como totalmente a-histórica (Schwartzman, 2003) e/ou quase a-histórica (Pochmann, et al., 2009), mas sim como uma abordagem histórica de longa duração. O fato de Faoro detectar em suas pesquisas algumas características e vícios políticos persistentes e/ou, até mesmo, de difícil transposição, ao longo de 500 anos, não queria dizer que ele fazia uma abordagem a-histórica.

Conforme pergunta Norbert Elias (2001; 2001<sup>a</sup>; 1994): Será mesmo que os problemas assumem características muito distintas se os examinarmos à luz de um processo de curta ou média duração? Quão diversos são, ao longo de 50, 100 ou 200 anos, os processos de organização do poder, os jogos configuracionais e os padrões de organização social? Registrar as persistências, os contínuos mesclados com as inovações, as interpenetrações entre o velho e o novo, etc., não torna uma análise a-histórica.

## **1- Afinal, no limiar da década de 2000, como pensar historicamente as dificuldades políticas brasileiras?**

Raymundo Faoro tem consciência de que os fenômenos por ele estudados inscrevem-se numa cadeia de processos históricos que vão ora se redefinindo ora se mantendo ora se inovando ora se reformando. Suas análises das décadas de 1970, 1980, 1990 procuravam compreender se as condições sociais, políticas e econômicas eram, de fato, muito diferentes das condições que vigoraram nas décadas anteriores. Suas reflexões tentaram abranger tanto os processos de curta e média, quanto os de longa duração histórica.

A perspectiva histórica de Faoro vem à tona nos seus estudos que tentavam compreender as mudanças da sociedade brasileira ao longo dos séculos. Ele estava buscando demonstrar que

---

<sup>4</sup> Em suas discussões sobre o patrimonialismo e o neopatrimonialismo, Simom Schwartzman (2008; 2003, 1988), levanta inúmeras questões que possibilitam um diálogo bastante frutífero com a obra de Raymundo Faoro.

o Estado estava no centro das (im)possibilidades de avanços rumo à democracia e à condição cidadã. Historicamente, era empiricamente verificável que, no Brasil, o Estado enquanto consciência de si<sup>5</sup> era somente uma promessa muito distante.

“Existe um Estado, segundo o tipo ideal, na voz de Hegel, em que os interesses privados dos cidadãos estão em harmonia com o interesse comum, quando um se sente realizado pelo outro. Adverte, para a ressalva da liberdade, que isso não impede o desequilíbrio entre o interesse privado e o público, resultando a fusão de um com o outro no Estado despótico. Em outras palavras, o Estado existe se os cidadãos têm consciência de que, além da cobiça e da agressão particular, há um interesse público que deveria ser preservado, em toda a vida da sociedade. Só a partir desse momento, entra-se no terreno da história, que supõe fases que se continuam e caminham para um fim – fim ainda que desconhecido” (Faoro, 1999: 26).

Todavia, no Brasil, ocorreram todos os impedimentos possíveis para que a história do Estado como consciência de si tivesse início. Tal constatação se deu através da análise detalhada dos procedimentos e das ações dos dirigentes, pois deles tem partido a direcionalidade de uma forma de política que vai reproduzindo e perenizando a não-constituição das condições para o desenvolvimento da democracia e da condição cidadã. Em tais condições tem-se o “anacronismo na consciência de Estado, na política errática e flutuante, que permite aos dirigentes mudar de discurso e de camisa, sem que ninguém proteste ou se importe. O poder é tudo, a cidadania é um mero e irrelevante enfeite – o que veemente exclui a existência do Estado” (Faoro, 1999: 26) enquanto consciência de si, mas não como aparelho e mecanismos que se impõem autoritariamente.

Note-se, ainda, que Faoro demonstrou, ao longo de seus livros, artigos e entrevistas, que os grupos dirigentes, em diversos momentos históricos, estabeleceram, com muito êxito, várias manobras visando manter um tipo de jogo configuracional<sup>6</sup> no qual uma parte expressiva da sociedade está excluída. Suas discussões sobre as décadas de 1970, 1980 e 1990 reafirmavam que ele não sucumbia a qualquer certeza acerca dos (des)caminhos da vida social e política brasileira. Ele fazia, sim, algumas previsões baseadas no processo histórico, o que não significava que suas reflexões e/ou ações atestavam que as dificuldades de construção do Estado de direito, da condição cidadã, da soberania popular e da democracia fossem eternamente intransponíveis. Veja-se, por exemplo, a sua labuta pelo fim do Estado de exceção, suas esperanças nas ações dos movimentos sociais organizados, sua luta diuturna pela democratização das relações sociais.

Ao longo do processo histórico teria sido muito difícil transpor as dificuldades para redefinir o padrão de organização social, mas isso não queria dizer que o país estaria condenado a reproduzir sempre as mesmas condições, tanto que ao ser indagado, em entrevista de 06 de dezembro de 2000, acerca dos caminhos que o país provavelmente percorreria nos anos vindouros ele respondia: “Devemos chegar ao ponto de confluência entre o Estado e sociedade civil. Acho que se vai chegar lá, não sei quando nem com que personagens” (Faoro, 2000: 31).

Se há algumas passagens do livro *Os donos do poder* que dão a indicação de que em “uma viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais” (Faoro, 2001: 819), há também passagens desta mesma obra e de outras (1981; 1994), bem como de centenas de artigos publicados nas três últimas décadas do século XX, que indicam que Faoro considerava possível transpor essa estrutura política que tem resistido maçoçamente a processos de mudanças substantivos. Mas a transposição vai se

---

<sup>5</sup> “Estado quer dizer uma consciência de si mesmo, distante dos meros aparelhos e mecanismos, impostos de fora, para assegurar a paz, a prosperidade, sempre de modo precário e repressivo” (Faoro, 1999: 26)

<sup>6</sup> Norbert Elias diz que a configuração é “um padrão mutável” de relações que inúmeros indivíduos mantêm uns com os outros. Ela “forma um entrelaçado flexível de tensões. Não há configuração se não houver relação de interdependência que tanto pode ser de “aliados ou de adversários”. Pode-se dizer, então, que “no seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro do processo de configuração – há um equilíbrio flutuante elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração” (Elias, 1999: 143).

confirmando sempre, ano após ano, como muito difícil. Em cada conjuntura, os desafios assumiam feições distintas, pois os problemas antigos e novos vão se interpenetrando e se redefinindo continuamente.

Ao analisar as condições sociais do início da década de 1990, ele dizia que era observável que muitos prefeitos, deputados, senadores e governadores, diante das eleições gerais e simultâneas que ocorreriam em 1994, procuravam manter-se “quietos, sem levantar muitas ondas” (Faoro, 1993: 19) para que o coro social não viesse a despertar e a perturbar a dança política e social em andamento. Examinando-se os dados do IBGE do início da década de 1990, ficava evidente que o país estava despencando ladeira abaixo, o que era confirmado, principalmente, pela concentração de renda detectada pelos dados publicados naquela ocasião pelo *Anuário Estatístico do Brasil*. A velocidade desse processo de expansão das desigualdades chamava a atenção. “Para só citar um exemplo: o rendimento médio mensal caiu de cz\$ 35.354 em 1989 para 28.774 em 1990 (valores deflacionados). Lembre-se ainda que, para uma população ocupada de 62 milhões de pessoas, só 31 milhões contribuem para os institutos de previdência; entre os empregados quase a metade não possui carteira de trabalho assinada<sup>7</sup>” (Faoro, 1993: 19).

O que interessa compreender, dizia Faoro, é o que esses números significavam para aqueles que pleiteavam cargos políticos nas eleições futuras? O que esses números queriam dizer para quem se propunha a assumir a condição de dirigentes nas várias instâncias de poder? Para a maioria dos pleiteadores de cargos públicos, infelizmente, tais números não queriam dizer muita coisa, já que os que governam, dentro desse modelo oligárquico, têm em mente o seguinte: Todos aqueles que são excluídos e têm sua cidadania fragilizada pela miséria continuam sendo eleitores. Isso é o que interessa à maioria dos políticos, nada mais. “O pobre, isolado e banido [renegado pela sociedade], continua a ser um eleitor – um eleitor expulso da cidadania” (Faoro, 1993: 19), mas com grande potencialidade para ser seduzido por charlatões e demagogos. Em tais condições, por que os políticos oligárquicos e autoritários se interessariam, de fato, pelos números que indicavam aprofundamento da pobreza e das desigualdades? E por que se interessariam eles em propor algo efetivo? Pensam eles: Deixemos tudo para depois. Adiar qualquer solução tem sido a saída encontrada pelos dirigentes ao longo da história do país.

Enquanto os dirigentes adiam qualquer solução para os problemas sociais e políticos que assolam o país, a população vai se tornando mais e mais descrente na política. A descrença embota o desejo da mudança. Conforme afirmava Manoel Bomfim (1868-1932), em 1905, o desejo da mudança é algo que tem de ser criado socialmente. No Brasil, as classes dirigentes, dizia ele, não têm feito outra coisa senão matar esse próprio desejo (Bomfim, 1993). “Para a parcela que, acreditando hoje, deixa amanhã de ter esperança, um salvador será a esperança de quem perdeu todas as esperanças. Salvador civil ou militar, impostor ou crente, que, alçado às grandezas pelos que sentiram cair a flor das mãos, governa com os de cima” (Faoro, 1993: 31).

Enfim, pode-se dizer que Raymundo Faoro, na década de 1990, reafirmava suas principais teses longamente discutidas em *Os donos do poder*. A principal delas é a de que o Estado, os tecnocratas, os detentores dos cargos públicos, os segmentos que controlam as instituições, etc. vão muito bem, enquanto a população mais pobre vai muito mal. A política das instituições e a política econômica reafirmavam essa lógica que dissocia o Estado da sociedade para, assim, fazer valer melhor os interesses pessoais daqueles que estão à frente das instituições que deveriam zelar pelo bem público, mas não o fazem.

Ao analisar os primeiros anos do século XXI, ele parecia crer que os desafios eram ainda maiores do que aqueles das décadas de 1980 e 1990. O que tinha a ver não só com a conjuntura interna, mas também com a conjuntura externa que aprofundava as desigualdades sociais. “A globalização sem rumo e sem direção” (Faoro, 1999<sup>a</sup>: 33), em curso no país no final do século XX e no início do século XXI, dava claras indicações de que seria desmantelada

---

<sup>7</sup> Dados do início da década de 1990.

qualquer promessa de que o Estado pudesse responder às demandas por diminuição das desigualdades. No Brasil tratava-se somente do desmantelamento de uma promessa idealizada por alguns segmentos sociais, visto que em momento algum o Estado, no país, teve esse direcionamento. Por isso “não é muito difícil prever coisas, prever que daqui a pouco as coisas estarão como estão hoje. Os personagens são sempre os mesmos. Sabemos, por exemplo, que há um componente sempre salvador na sociedade que é massacrada” (Faoro, 2000: 29).

Detectava-se, segundo ele, que a perpetuidade da idéia de que existe um salvador da pátria inscreveu-se, ao longo dos séculos, no fato de que o Estado e a sociedade estiveram sempre dissociados. As demandas coletivas jamais foram consideradas, pelos dirigentes, como parte de um processo de democratização tanto do Estado quanto da sociedade. O tolhimento das reivindicações, ao matar toda e qualquer perspectiva de ação política coletiva pautada na efetivação de conquistas sociais, fez emergir e fez persistir, no ideário coletivo, a crença de que há sempre um salvador da pátria que resolverá todos os problemas do país.

Essa perspectiva de ação fundada no desmantelamento das ações reivindicativas se inscreve num longo processo histórico e no intercruzamento entre as idéias de ordem, de estabilidade e de esvaziamento de qualquer demanda coletiva que tocasse, mesmo que de leve, na efetivação de direitos. Faoro, pensando a formação do Estado nacional, já na década de 1830, “quando o poder conservador se estabeleceu de uma maneira definitiva” (Faoro, 2000: 29) no modo de conduzir o país, diz ter havido um direcionamento que visava reprimir toda reivindicação. “O povo nunca pode dizer uma palavra, no máximo se insurgia, mas se insurgia para sofrer uma repressão muito cruel, muito severa” (Faoro, 2000: 29).

O país, do limiar do século XXI, somente poderia ser entendido se a análise cobrisse, no mínimo, dois aspectos da história da nação brasileira: o da repressão a toda e qualquer demanda coletiva e da condescendência entre os diversos grupos que constituem os segmentos dominantes e dirigentes. Quando indagado, numa entrevista de dezembro de 2000, acerca de quais seriam as possíveis condições do Brasil se não tivesse havido o golpe militar de 1964, Faoro dava a seguinte resposta:

“Não haveria repressão, mas, na política econômica e social, a diferença não seria muito sensível. O Jango, na hora em que estivesse com o poder pleno, eu diria que teria de condescender com os industriais, com os latifundiários, sobretudo com a burocracia, e faria um governo dando uma coisa para tirar logo adiante e tirando uma coisa para dar logo adiante. Seria apenas mais flexível e, provavelmente, não teria havido essa repressão. Não acredito que fosse caminhar para a esquerda, para um socialismo, para o comunismo ou para o sindicalismo” (Faoro, 2000: 29).

Em primeiro lugar, é necessário observar que Faoro estava questionando as próprias idéias difundidas pelos setores preponderantes que assumiram o poder, a partir do golpe militar de 1964. Ou seja, tais setores justificavam que as medidas duras, repressoras e autoritárias deviam-se ao fato de que o país estava caminhando irreversivelmente para a esquerda, para o socialismo. Faoro está dizendo que não acreditava, de modo algum, nisso. O regime militar havia utilizado esse tipo de argumento para implantar um Estado de exceção em que se subtraía toda e qualquer possibilidade de ação política.

Raymundo Faoro considerava que o fato de não haver repressão dos movimentos sociais organizados que vinham tentando participar da contenda desde a década de 1950 seria, sem dúvida, um diferencial importante na redefinição social do país, porquanto, se os condutores do Estado tendiam a condescender, seria também possível, com a expansão das demandas políticas, que o modo dos governantes cederem aos diversos grupos dirigentes e dominantes estivesse também balizado pelas exigências dos diversos segmentos sociais que tivessem seus interesses postos em pauta na agenda pública. A existência de um jogo configuracional tensionado em razão somente dos interesses dominantes e dirigentes - e nunca das demandas

e interesses dos segmentos populares - já revelava uma enorme dificuldade de constituir caminhos por onde pudessem fluir outro padrão de organização social e político.

Celso Furtado (1920-2004) demonstrou em *A fantasia organizada* (1997), *A fantasia desfeita* (1997<sup>a</sup>), *Brasil: a construção interrompida* (1992), entre outras, que houve muitos empenhos tanto dos setores preponderantes como dos não-preponderantes na geração de impulsos e de refutação da mudança social. Os segmentos oligárquicos, por exemplo, construíram estratégias engenhosas visando estancar os avanços democráticos que tentavam rumar o país para modificações substantivamente redefinidoras da nação. Segundo ele, a contínua intervenção, nos rumos do país, das forças sociais que ganhavam corpo no interior da sociedade civil, no período pré-1964, seria, sim, um diferencial significativo.

Faoro não era, todavia, um otimista convicto em relação ao potencial de mudança de alguns segmentos sociais (os sindicais, por exemplo). E isso era pensado até mesmo se, por hipótese, não tivesse havido o golpe de 1964. Quando indagado se ele considerava possível que os sindicatos se fossem tornando cada vez mais fortes se a instauração da ditadura não tivesse ocorrido, ele dizia que não acreditava muito nessa possibilidade, uma vez que os sindicatos que vigoravam no pré-1964 eram inteiramente dependentes do Estado. Somente isso explicaria o fato de no dia seguinte ao golpe não existir mais sindicatos.

“Essa emancipação dos sindicatos do Estado é uma conseqüência tardia de 1964. Quando se saiu de 1964, surgiu o sindicato autônomo, um setor, porque tem outro setor saudoso dos tempos do chamado ‘sindicato de resultados’, que faz qualquer coisa para manter o poder e estar bem com os que mandam” (Faoro, 2000: 30).

No final do ano 2000, lançando um olhar para o início da década de 1980, Faoro afirmava que tinha sido um grande entusiasta da criação do PT (Partido dos Trabalhadores), o qual tinha fortes ligações com um segmento do movimento sindical que tinha tido um papel contestador importante no período ditatorial. Ele dizia crer, tanto em 1980 quanto no ano 2000 que “a chave da democracia está em torno de um partido operário capaz de fazer a crítica do conservador e também capaz de evitar controlar que o chamado liberal, na verdade conservador, apele para os quartéis” (Faoro, 2000: 30).

Todavia, cabia a seguinte indagação: O PT estava ou não, ao longo dos anos de sua existência, dando demonstrações de que seria uma chave que ajudaria abrir as portas da democracia? Ele respondia: O PT “é um partido que se desintegrou em muitos grupos e que talvez, prematuramente, servisse, como Jango<sup>8</sup> servia, aos conservadores” (Faoro, 2000: 30). Faoro acreditava, no entanto, que isso, ou seja, esse papel de servir aos propósitos de frenagem de mudanças substantivas poderia ser passageiro, transitório. E não algo definitivo. Porém, Faoro não fazia uma estimativa de quanto tempo poderia levar essa condição transitória em quantia de anos e décadas. Deixar de ser um partido, voluntária ou involuntariamente, a serviço dos segmentos conservadores, só seria possível se o PT fizesse um movimento rumo a um aprendizado denso e profundo acerca “do Brasil político”. Enquanto não fizesse isso acabaria perpetuando-se como partido que serviria às forças oligárquicas.

Raymundo Faoro acreditava, em 2000, que o PT tinha algumas condições para desenvolver esse aprendizado acerca da substancialidade da política brasileira, isso porque

“é um partido que surgiu de dentro do operariado, não foi naquele sistema leninista em que o operariado, por si, não tem consciência de classe, ela vem de fora<sup>9</sup>. No caso, não houve isso, a consciência de classe veio de dentro. Mas o próprio operariado se encarregou de mostrar que não é coeso, que a tal consciência de classe não é uma coisa tão óbvia como parece, que depende de outras coisas, inclusive de um antagonismo” (Faoro, 2000: 30).

---

<sup>8</sup> João Goulart (1961-1964).

<sup>9</sup> “Sempre achei que o trabalhador devia ter um partido, uma representação. Era necessário à democracia. Não sei se o PT é um partido operário, mas é o que mais se aproximaria” (Faoro, 2000<sup>a</sup>: 12).

Em 2002, em entrevista à Carta Capital publicada em 15 de maio, Faoro afirmava que suas expectativas em relação ao PT - o que não se aplicava a Lula, já que este tinha se mostrado como um simplificador dos problemas nacionais<sup>10</sup> (Faoro, 2000<sup>a</sup>: 12) – eram razoavelmente positivas<sup>11</sup>. Havia, segundo ele, a possibilidade de o PT se converter em um partido nacional e isso poderia fazer uma diferença extraordinária na luta política contra as oligarquias. “A maneira de lutar contra as oligarquias, contra os quase-feudos em termos eleitorais, é [ser] o partido nacional capaz de não permitir que aquele sujeito, com aquela situação, dite os contornos da agremiação” (Faoro, 2002<sup>a</sup>: 30).

Assinale-se que, ao colocar as questões dessa maneira, Faoro deixava claro que não considerava absolutamente intransponíveis os problemas políticos brasileiros assentados nas condições oligárquicas de mando e decisão. Ele indicava que o processo histórico poderia ou não caminhar para a redefinição do padrão de domínio político prevalecente no país. Quando advogava a importância da emergência de partidos nacionais que fossem capazes de romper com o oligarquismo local, ele apontava que era possível ir transpondo os vícios políticos que maculavam inteiramente o funcionamento de todas as instituições políticas. A tarefa era muito difícil porque, ainda no ano de 2002, se constatava que as oligarquias tinham “partidos que [eram] capaz de mobilizar o governo”. Ele afirmava que o PFL (Partido da Frente liberal), aliado do governo Cardoso, era um “partido que não tem representatividade popular, tem a representatividade de grupos” (Faoro, 2002<sup>a</sup>: 30). Entre eles, estão os grupos oligárquicos que possuem representação não somente neste partido, mas também em outros.

Todavia, em 2002, Faoro afirmava que não percebia uma firme disposição, por parte do governo Cardoso, de se embrenhar numa luta diuturna contra as oligarquias<sup>12</sup>. Era equivocado, dizia ele, supor que as desavenças com Antônio Carlos Magalhães ou com algum outro oligarca eram indicações de que estava havendo “uma disposição de se acabar com a oligarquia” (Faoro, 2002<sup>a</sup>: 30). No caso do político baiano Antônio Carlos Magalhães, “ele propriamente não representa uma oligarquia, a oligarquia é ele. É um velho coronel” (Faoro, 2002<sup>a</sup>: 30).

E o problema não era somente do governo Cardoso. Ou seja, a liquidação da oligarquia não tinha como ser feita por um governo ou por outro. Isso não tinha como ser obra de um governo qualquer que fosse. Tanto que o governo Lula, caso ganhasse a eleição em 2002 - como tudo já indicava no momento em que Faoro dava a entrevista para Mino Carta e Maurício Dias em maio de 2002 – poderia também contemporizar com as oligarquias. Mas, segundo Faoro, se isso ocorresse, provavelmente, Lula perderia o apoio do Partido dos Trabalhadores. Mais uma vez, ele demonstrava que tinha uma expectativa maior em relação ao PT acerca das possibilidades de levar adiante mudanças e enfrentamentos do que em relação a Lula ou a qualquer outro presidente futuro.

<sup>10</sup> “Acho o PT, como idéia, muito interessante. Como realização, eu não tenho a menor simpatia. O Lula se tornou simplificador dos problemas, o que não é bom” (Faoro, 2000a, p.12).

<sup>11</sup> A expectativa de Faoro de que o PT se transformasse num partido nacional e, portanto, com capacidade para se opor ao modelo oligárquico não se confirmou nos anos seguintes. Em agosto de 2009, Francisco de Oliveira, fundador do PT, faz a seguinte afirmação: “O Lula tornou-se maior que o partido e o partido vive a reboque do presidente agora. E impõe o estilo autoritário que é próprio do Lula e que foi escondido durante muito tempo devido ao fato de que era um prestigioso líder sindical em oposição à ditadura militar. Lula é muito autoritário, arrasou o PT, fez do partido um trampolim para as suas alianças espúrias. [A tese da governabilidade] é um velho argumento conservador. Todos no Brasil que preferem manter o *status quo* usam o argumento da governabilidade” (Oliveira, 2009: 6)

<sup>12</sup> Observe-se que essa disposição não se verificou também no governo Lula (2003-2010) que sucedeu Cardoso. Basta observar as investidas do presidente e de parte do PT para manter intocado um líder oligárquico do calibre de José Sarney, presidente do Senado que em 2009 esteve envolvido em uma série de escândalos e denúncias. No Conselho de Ética do Senado, em 19 de agosto de 2009, os senadores do PT votaram, por determinação do Presidente Lula, pelo arquivamento definitivo de todas as ações contra Sarney. Este último era acusado de favorecimentos diversos a familiares, servidores e correligionários. Alguns desses favorecimentos teriam vindo a público através da descoberta de atos secretos que serviram para nomear parentes e aderentes.

O enfraquecimento contínuo e duradouro da oligarquia não seria, jamais, obra de um governo ou de um presidente, teria de ser obra de partidos que tivessem um caráter, de fato, nacional. Esse era, para Faoro, o grande desafio, pois partidos nacionais tinham ainda de ser formados, posto que eles não existiam efetivamente.

Raymundo Faoro considerava muito provável que os governos vindouros se enleassem com contemporizações oligárquicas e patrimonialistas. Alguns partidos poderiam ou não dar sinais de que romperiam com tais práticas. Para ele um dos sinais de que o partido estava ou não propenso a enfrentar os vícios políticos arraigados na sociedade brasileira seria o seu posicionamento diante das fontes de mecenato (empresas públicas e privadas) que impunham uma dada prática política em virtude do financiamento das campanhas eleitorais. “Estamos num Estado patrimonialista. As empresas privatizadas passaram a ser grande fonte de mecenato. É como Weber se referia à contribuição para a campanha eleitoral. Eles dão dinheiro e, quando precisam de um aumento de tarifa, conseguem” (Faoro, 2002<sup>a</sup>: 31).

## 2-Os políticos oligárquicos e suas velocidades supersônicas para continuar o atraso

Políticos que se imaginavam hábeis e capazes de debelar, no limiar do século XXI, os vícios políticos oligárquicos no Brasil, deveriam ficar atentos para não serem surpreendidos pela habilidade de alguns grupos políticos para estancar qualquer processo de mudança. Manoel Bomfim, em *O Brasil nação* (1931), já assinalava que a vida política no Brasil tinha expandido, desde o século XIX, os meios de controlar toda e qualquer alteração no padrão de domínio político e de organização social. Não havia qualquer possibilidade de estabelecimento de formas de contestação do “atraso” político, se não houvesse um conhecimento profundo do que era, de fato, o Brasil político na sua essência. Segundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso tinha demonstrado, ao longo de sua vida, “uma acuidade política extraordinária” (Faoro, 2000: 30), mas

“talvez [ele seja] um pouco canhestro dentro dessa fauna política, pois, embora ele tenha cuidado e habilidade, os outros talvez tenham uma velocidade de vôo bem maior do que a dele. São políticos que trazem do atraso uma velocidade supersônica para continuar o atraso. Ele tem uma velocidade ainda do avião a hélice, que já é bem mais do que nós, que temos a velocidade do pé” (Faoro, 2000: 30).

Quando Faoro dizia que nós temos a velocidade do pé enquanto os oligarcas possuem a velocidade supersônica, ele estava comparando a velocidade da sociedade civil que tentava se organizar e balizar as ações dos setores preponderantes e a velocidade dos grupos que faziam do atraso a razão de ser de sua vida pública e privada. Na entrevista de 15 de maio de 2002 para a revista *Carta Capital*, Faoro vislumbrava também a possibilidade de Lula, caso ganhasse a eleição para presidente, como de fato ganhou, revelar uma velocidade política de avião a hélice enquanto os guardas oligárquicos do Estado demonstrariam possuir uma velocidade política supersônica. Com velocidades tão distintas, obviamente, o resultado final dos embates, caso houvesse, reafirmaria a supremacia do oligarquismo e do patrimonialismo.

Em *O anjo caído*, de 09 de maio de 2001, Faoro discutia as conseqüências do oligarquismo senatorial para as diversas instituições políticas brasileiras. O Senado Federal era o lócus, por excelência, onde ficava evidente a vigência da velocidade supersônica dos grupos devotados a manter intactos os vícios políticos prevalecentes no país.

“Na teologia da política brasileira, chegar ao Senado Federal, segundo os seus próprios hóspedes, significava entrar no paraíso. Lá acabavam as misérias da condição humana, redimida em geral de uma carreira de implacável luta pelo poder, nos Estados e na Câmara baixa. Era o remanso da contradição brasileira: os oligarcas, cercados de servidores

administrativos e de tributários políticos, tramavam a formação dos ministérios, o perfil das leis e as trocas de favores com o chefe do governo” (Faoro, 2001b: 27).

Segundo ele, não é de hoje que a oligarquia senatorial dá a tônica institucional do país. O modo dos senadores agir deixa evidente que a Constituição é só um modelo ideal que não define, de modo algum, as suas práticas. O jogo de forças no interior daquela casa é inteiramente manejado por chefes com poderes incalculáveis. Qualquer tentativa de democratizar o Senado Federal esbarra em forças políticas densamente constituídas ao longo de décadas. Aqueles políticos que chegam ao Senado “montados nos votos conquistados na praça, e não nos conventículos e nas grotas eleitorais passivas” (Faoro, 2001b: 27), e desejam fazer valer algumas regras democráticas, sabem que terão de medir forças em condições absolutamente desiguais.

As condições oligárquicas são mantidas pela dificuldade de redefinição das configurações de poder que se assentam no “vigoroso poder (...) cooptador daquela casa, sempre mergulhada em sombras e segredos, quebrando os ímpetus mais impetuosos dos ‘intrusos’” (Faoro, 2001b: 27). A pergunta feita por Faoro, no início da década de 2000, era a seguinte: Será que, em algum momento do futuro próximo, as tentativas de democratização conseguiriam atingir a “inquebrantável dureza” do Senado federal? “Uma minoria indômita, de homens e mulheres do povo, somada a intelectuais descomprometidos com o elitismo, contando com o incentivo da opinião pública, no exercício de uma cidadania vigiada, poderia abalar o velho e feliz estamento de próceres?” (Faoro, 2001b: 27).

O modelo senatorial, inabalável durante toda a República, se alimenta cotidianamente do oligarquismo, afirmava Faoro. A perpetuidade de relações oligárquicas fortalece aquele primeiro. E o mais grave é que a oligarquia encontra no modelo senatorial todas as condições para se colocar acima “dos princípios constitucionais, entendidos (...) como uma ficção e um biombo” (Faoro, 2001: 27). Os escândalos políticos no Senado, vindos à tona no ano de 2009, podem ser tomados como ilustrativos do que Faoro estava discutindo no ano de 2001<sup>13</sup>. O desprezo do modelo senatorial pelas leis tem sido uma constante na história da República, porém, durante o ano de 2009, esse desrespeito à Constituição tem sido exposto cotidianamente pela mídia, o que pode dar a impressão de que é somente no momento atual que as ações do Senado estão mergulhadas em sombras e segredos<sup>14</sup>. As reflexões de Faoro em *O Anjo caído* (2001b) e *Oligarquias e orixás* (2001c) demonstram que o modo de agir da oligarquia senatorial tem de ser estudado através de uma perspectiva histórica que cubra, no mínimo, dois séculos.

As sombras e os segredos<sup>15</sup> que sempre fizeram do poder senatorial algo quase indestrutível estiveram sempre envoltos na idéia de que se tudo naquele espaço institucional se mantém em

<sup>13</sup> Durante o ano de 2009 vieram à tona inúmeros escândalos reveladores do modo de agir do modelo senatorial que envolve não somente políticos de diversos partidos e grupos, mas também funcionários administrativos de diversos matizes. Entre os vários escândalos podem ser citados como exemplo os seguintes: Relatório aponta a existência de centenas de Atos secretos no Senado; Diretor-geral do Senado omitiu a justiça casa no valor de 5 milhões de reais; Servidores recebem horas extras durante recesso parlamentar no mês de janeiro de 2009 (quando o escândalo foi descoberto somente alguns senadores (27 de 81) pediram a seus funcionários a devolução do dinheiro); Diretor de RH do Senado cedia imóvel funcional para seu próprio filho; Seguranças do Senado prestavam serviços para senador em outro estado, Senador permite que filha leve celular em viagem de passeio ao México, o que onera os cofres público em mais de 14 mil reais; Número exorbitante de cargos de diretoria no Senado; Livros de autopromoção impressos na gráfica do Senado, etc.

<sup>14</sup> As sombras e os segredos tendem a proliferar numa estrutura administrativa pública na qual de cada 10 funcionários dos gabinetes, 8 não são concursados, mas sim indicados por políticos. Veja-se o levantamento feito pela *Folha de S. Paulo* em: (SENADORES inflam gabinetes com seus afilhados políticos, 2009: 4)

<sup>15</sup> Em maio de 2009 um relatório da FGV (Fundação Getúlio Vargas) afirma que há atos secretos no Senado. Ou seja, atos que não foram publicados. A princípio supunha-se que eram 300 atos secretos, todavia, alguns meses depois, supunha-se que eram 475. Em meados de agosto de 2009 descobrem-se 50 boletins com, aproximadamente, outros 468 atos secretos. Sendo assim, os atos secretos estavam, naquele momento, por volta de 943. Desses últimos atos secretos a maior parte “tratam de pagamentos retroativos para servidores promovidos de forma secreta” (SENADOR culpa ex-diretores por mais 468 atos, 2009a: 6). Grosso modo, os atos guardados em segredos são compostos de nomeações de servidores e de medidas administrativas secretas.

segredo é porque se deve obedecer às razões de Estado. Tem-se, então, um terreno fértil para o florescimento de todas as ações que, de fato, atendem as ambições pessoais e as extravagâncias privadas em nome da responsabilidade e dos interesses do país. “Lembre-se que tão grandiloquo mote – razão de Estado – (...) desceu para desculpar uma mentira ordinária e suja – reles e suja, além de criminosa” (Faoro, 2001b: 27).

Faoro mostrava que o modelo senatorial que vigia no país tendia a eternizar procedimentos autoritários que rechaçavam a democracia. E o fazia porque ajudava a perpetuar um modelo de administração pública em que se tramam todos os tipos de troca de favores entre políticos, lideranças, servidores, governantes, etc. Essa troca de favores reitera a privatização do Estado que permanece o lócus, por excelência, de consecução de interesses privados. Por isso, Faoro discordava das análises que não levavam em conta que muitos outros segmentos presentes, de alguma forma, nas áreas de poder - e não somente os dominantes e dirigentes - possuem enormes interesses em manter intacto esse padrão de domínio em que auferem benefícios de diversas naturezas.

### 3- Considerações finais

No artigo *Oligarquias e orixás* (2001c), Raymundo Faoro demonstra que o cerne das relações oligárquicas é composto pelo gosto, de alguns líderes, de ostentar o poder imposto a todos aqueles que circundam os mais poderosos dessa cadeia de mando que se consagra pela subordinação, conveniência e espertezas de todos os tipos. Através de indicações políticas, de favores e de distribuição de verbas, os líderes oligárquicos se vangloriam “de puxar a coleira dos dependentes e subalternos” para o lado que desejarem. Esse é o dado essencial de uma relação de poder e de subordinação que se vai modificando e se mantendo, ao mesmo tempo.

Obviamente, no limiar do século XXI, não era mais possível, nos moldes como tinha sido no passado, aos chefes oligárquicos puxarem a coleira de seus aliados do modo como quisessem. No passado o poderio dos chefes oligárquicos assentava-se em um poder fundado “no interesse de um bando de coronéis, fazedores de eleições e de fraudes” (Faoro, 2001c: 25). Na atualidade, não é mais possível para os líderes oligárquicos ter seus poderes calcados somente em condições como as do passado. Todavia, os métodos políticos oligárquicos não morreram com a urbanização. Além de Faoro, isso foi muito discutido também por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1994), Fernando de Azevedo<sup>16</sup> (1962) e Celso Furtado (1997)<sup>17</sup>.

O Brasil de antes de 1950 e o Brasil atual encontram-se ligados por práticas oligarquizadas que se eternizaram por um encontro de águas passadas e águas presentes. Desse encontro nasceu “uma oligarquia personalista, urbana e alfabetizada, para a qual o poder, inclusive o poder que gera a riqueza, é o astro supremo e exclusivo” (Faoro, 2001c: 25), sendo que o modelo de oligarquia personalizada persiste, no limiar do século XXI, juntamente com outros modelos oligárquicos mais despersonalizados que vão tomando formas de comando mais colegiadas. E como era possível detectar a sobrevivência de uma oligarquia personalizada? Através das situações políticas inusitadas em que alguns líderes oligarcas, no limiar do século

---

<sup>16</sup> “Analisando o que ocorria num país essencialmente agrário que, em 1960, entrava na era da industrialização, o que Fernando de Azevedo encontrou não foi uma elevação das massas, e sim, o aparecimento de novas elites que, para se apoiarem nestas, se voltaram para a ‘competição desenfreada’, por meio de partidos ‘sem programa e sem idéias, retalhados por suas dissensões internas e dispostos, para se facilitar o acesso ao poder, a todas as colisões e às mais disparatadas alianças’ (Azevedo, 1962: 240). Nesse desenvolvimento político, não eram as massas que tomavam o poder; elas passavam a constituir ‘poderoso instrumento de dominação’ nas mãos de grupos políticos antigos e novos, que se valiam de quaisquer meios para se manterem no poder uns, e outros para deste se apoderarem” (Queiroz, 1994: 64-5).

<sup>17</sup> Para Furtado, havia ainda, no país, mesmo após a urbanização, muitas regiões dominadas pelo arcaísmo. Por isso, “os efeitos das mudanças políticas em curso [na década de 1950 e início da de 1960], eram imperceptíveis, e as velhas estruturas sociais continuavam tão visíveis quanto as ossaturas dos organismos esqueléticos” (FURTADO, 1997: 128).

XXI, continuavam a “nomear, mandar e supor que tinham prestígio em nome próprio<sup>18</sup>” (Faoro, 2001c: 25). Era visível, assim, na década de 2000, um embate entre alguns líderes que desejavam manter uma oligarquização personalizada da política e aqueles que buscavam aperfeiçoar uma forma oligárquica colegiada. Isto não queria dizer que os líderes oligarcas (de todos os matizes) não tivessem ainda prestígio pessoal, mas os tempos eram outros, ou seja, eram os de uma oligarquia que se despersonalizava para manter seus métodos vivos e, assim, conseguir sobreviver e combinar seus modos de agir com outros métodos, mais novos, de mando e de domínio.

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de (1962), *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*. São Paulo, Melhoramentos.

BOMFIM, Manoel (1931), *O Brasil Nação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

ELIAS, Norbert (1994), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2 vls.

ELIAS, Norbert (1999), *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.

ELIAS, Norbert (2001), Cedo demais ou tarde demais in *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p.144-163.

ELIAS, Norbert (2001<sup>a</sup>), *A sociedade da corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FAORO, Raymundo (1976), Romance sem heróis. *Veja*, São Paulo, n.399, p.3-6, 38 abr. Entrevista.

FAORO, Raymundo (1978), Entrevista. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n.468, p1-6, dez.

FAORO, Raymundo (1979), O funeral da ditadura: entrevista a revista *Isto É* in DIAS, Mauricio (org.) (2008). *Raymundo Faoro: a democracia traída*. São Paulo, Globo, p.21-33.

FAORO, Raymundo (1978<sup>a</sup>), Só a nação poderá sepultar o ATO 5. *O Estado de S. Paulo*, 13 dez. Suplemento Especial, p.12.

FAORO, Raymundo (1980), O desate do nó. *Isto É*, São Paulo, n.171, p.24, 02 abr. Depoimento

FAORO, Raymundo (1981), *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense.

FAORO, Raymundo (1985), A democracia absorveu a ditadura: entrevista a Senhor in DIAS, Mauricio (org.) (2008). *Raymundo Faoro: a democracia traída*. São Paulo, Globo, p.35-65.

---

<sup>18</sup> Faoro referia-se, principalmente, a Antônio Carlos Magalhães (PFL-Ba) que em 2001, quando era presidente do Senado, esteve envolvido em ato de quebra de decoro parlamentar por ter violado sigilo do voto na sessão de cassação do senador Luís Estevão. ACM teria tido acesso à lista com os votos, o que foi confirmado pela diretora do PRODASEN (Serviço de Processamento de Dados do Senado), Regina Célia Borges que disse ao Conselho de Ética que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) havia solicitado tal lista a pedido de ACM. Dada a gravidade do ato, e com grandes possibilidades de cassação, os dois senadores, para não perder os direitos políticos, renunciaram aos seus mandatos nos últimos dias de maio de 2001. ACM se candidatou novamente ao Senado em 2002. Foi eleito com 2,9 milhões de votos.

- FAORO, Raymundo (1986), Uma constituinte tutelada: entrevista a Senhor in DIAS, Mauricio (org,) (2008). *Raymundo Faoro: a democracia traída*. São Paulo, Globo, p.67-94.
- FAORO, Raymundo (1988), *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Globo.
- FAORO, Raymundo (1991), O governo da ineficiência. *Isto É/Senhor*. São Paulo: n. 1114, p. 4-8, 30 jan. Entrevista
- FAORO, Raymundo (1993), A política e os números. *IstoÉ*, São Paulo, n.1229, p.19, 21 abr.
- FAORO, Raymundo (1993<sup>a</sup>), Deixar para depois. E orar. *IstoÉ*, São Paulo, n.1237, p.31, 16 jun.
- FAORO, Raymundo (1994), *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo, Ática.
- FAORO, Raymundo (1998), FHC caiu na vida: Entrevista. *Carta Capital*, São Paulo, n.77, p.38-41, 24 jun
- FAORO, Raymundo (1999), A rotina da corrupção. *Carta Capital*, São Paulo, n.98, p. 26, 26 maio.
- FAORO, Raymundo (1999<sup>a</sup>), O modelo e o precursor. *Carta Capital*, São Paulo, n.101, p.33, 07 jul.
- FAORO, Raymundo (2000), O Brasil é otário: entrevista. *Carta Capita*, São Paulo, n.137, p.28-31, 06 dez.
- FAORO, Raymundo (2000a), Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 maio. Caderno Mais, p. 6-13.
- FAORO, Raymundo (2001), *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo.
- FAORO, Raymundo (2001a), Entrevista. *Isto É*, São Paulo, n.1657, p.7-11, 05 jul.
- FAORO, Raymundo (2001b), O anjo caído. *Carta Capital*, São Paulo, n.146, p.27, 09 maio.
- FAORO, Raymundo (2002), A utopia nacionalista: Trechos do discurso de posse na ABL. *Carta Capital*, São Paulo, n.221, p.46-49, 25 dez.
- FAORO, Raymundo (2002<sup>a</sup>), Lula pode ganhar. *Carta Capital*, São Paulo, n.214, p.30-33, 15 Maio.
- FURTADO, Celso (1997), A fantasia organizada. In *Obra autobiográfica*. São Paulo, Paz e Terra, p. 87-359. Tomo I
- FURTADO, Celso (1997<sup>a</sup>), A fantasia desfeita. In *Obra autobiográfica*. São Paulo, Paz e Terra, p.27-306, Tomo II
- FURTADO, Celso (1992), *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco (2009) apud NOMES históricos do PT dizem que Lula reduziu o partido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. CA, p.6.

POCHMANN, Márcio ET AL (2009), *Proprietários, concentração e continuidades*. São Paulo, Cortez. [Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil].

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1994), Fernando de Azevedo: o sociólogo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, ISBN 0020-3872, IEB/USP, n.37, p.53-69.

REZENDE, Maria J. de (2006), A interpretação de Raymundo Faoro acerca do governo Collor. *Iberoamericana*, ISSN 1577-3388, Berlim, n.23, p.35-54, set.

REZENDE, Maria. J. de (2006ª), As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos 1989 e 1990. *Política & Sociedade*, ISSN 1677-4140, Florianópolis, n.9, p. 91-121.

REZENDE, Maria J. de (2006b), O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade. *Ensaio FEE*, ISSN 0101-1723, Porto Alegre, v.27, n.1, p. 207-232.

REZENDE, Maria J. de (2008), O penúltimo ano do governo Sarney (1988) expondo o malogro da transição política brasileira: a análise de Raymundo Faoro. *Estudos FEE*, ISSN 0101-1723, Porto Alegre, v.29, n.1. p.179-206.

REZENDE, Maria J. de (2008ª), Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980. *Revista de Ciências Humanas*, ISSN 0101-9589, Florianópolis, n. 42,p.165-192, out.

REZENDE, Maria J. de (2008b), As camadas sociais de Raymundo Faoro In *Sociologia*, n.18, Escala, ISSN 1980-8747, São Paulo, p.30-37.

REZENDE, Maria José de (2009), Alguns embaraços do projeto de abertura política no Brasil que foram apontados por Faoro em seus artigos publicados na grande imprensa entre maio e dezembro de 1980. In *Ciências Sociais na atualidade*. São Paulo, Paulus. P.133-164.

SCHWARTZMAN, Simon (1988), *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus.

SCHWARTZMAN, Simon (2003), A atualidade de Raymundo Faoro In *Dados*, ISSN 0011-52258, Rio de Janeiro, v.46, n.2, p.207-213.

SCHWARTZMAN, Simon (2008), Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2008.

SENADORES inflam gabinetes com seus afilhados políticos apud *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de julho 2009. C.A, p.4.

SENADOR culpa ex-diretores por mais 468 atos apud *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago.2009ª. CA, p.6.